



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de refrigeração e climatização** das diversas Secretarias do Município de São Geraldo/MG.

Considera-se empresa especializada a pessoa jurídica devidamente constituída e com capacidade técnica comprovante para prestar os serviços descritos na clausula anterior.

As especificações dos serviços se encontram descritas na tabela abaixo, bem como nas demais clausulas deste instrumento.

LOTE 01						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UN	TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	2771	Manutenção preventiva, incluindo higienização e limpeza em equipamento de ar condicionado até 12.000 BTU.	Serv	92	180,87	16.640,04
2	2771	Manutenção preventiva, incluindo higienização e limpeza em equipamento de ar condicionado até 22.000 BTU.	Serv	146	219,92	32.108,32
3	2771	Manutenção preventiva, higienização e limpeza incluindo em equipamento de ar condicionado até 30.000 BTU.	Serv	160	144,83	23.172,8
4	2771	Manutenção preventiva, incluindo higienização e limpeza em equipamento de ar condicionado até 40.000 BTU.	Serv	11	395,00	4.345,00
5	2020	Instalação de ar condicionado modelo split inverter com potência de refrigeração até 20.000 BTU e com tubulação de interligação entre unidades até 3 metros de comprimento.	Serv	74	534,27	39.535,98
6	2020	Instalação de ar condicionado modelo split inverter com potência de refrigeração de 20.000 BTU até 40.000 BTU e com tubulação de interligação entre unidades até 3 metros de comprimento.	Serv	62	740,28	45.897,36
7	2020	Instalação de dutos de cobre adicional, por metro, por ocasião e instalação de ar condicionado.	Serv	280	83,8	23.464,00



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



8	2020	Instalação de sistema de drenagem de ar condicionado com microbomba.	Serv	160	422,22	67.555,20
9	2020	Desinstalação de equipamento de ar condicionado.	Serv	67	590,48	39.562,16
10	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado sem fornecimento de material.	Serv	135	476,89	64.380,15
11	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado com fornecimento de controle remoto.	Serv	65	88,38	5.744,70
12	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado com substituição componentes eletro eletrônicos e/ou mecânicos, exceto compressores, placas eletrônicas ou moto ventilador.	Serv	135	238,34	32.175,90
13	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado com substituição de compressor de potência de refrigeração até 20.000 BTU.	Serv	40	817,71	32.708,40
14	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado com substituição de compressor de potência de refrigeração de 20.000 BTU até 40.000 BTU.	Serv	93	1.091,68	101.526,24
15	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado com substituição de motor-ventilador.	Serv	135	434,8	58.698,00
16	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado com substituição de placa eletrônica.	Serv	135	378,88	51.148,80
17	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado até 20.000 BTU com correção de vazamento e recarga de fluido refrigerante.	Serv	92	282,12	25955,04
18	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado de 20.000 BTU até 40.000 BTU, com correção de vazamento e recarga de fluido refrigerante.	Serv	120	385,49	46.258,80
19	277	Manutenção corretiva de equipamento de ar	Serv	112	482,25	54.012,00



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



		condicionado até 20.000 BTU com troca de capacitor.				
20	2771	Manutenção corretiva de equipamento de ar condicionado de 20.000 BTU até 40.000 BTU, com troca de capacitor.	Serv	160	2195,01	351.201,60

**VALOR TOTAL DO LOTE..... R\$ 1.116.090,49**

## LOTE 02

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UN	TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	2771	Serviço de manutenção em geladeira (gavetas quebradas, porta de congelador e puxadores).	Serv	43	125,03	5.376,29
2	2020	Serviço em bebedouro (limpeza e manutenção) de até 40 litros.	Serv	25	248,31	6.207,75
3	2020	Serviço em bebedouro (limpeza e manutenção) de 100 até 200 litros.	Serv	62	572,67	35.505,54
4	2020	Serviço de troca de termostato em bebedouros, incluindo material e peças.	Serv	64	584,15	37.385,60
5	2020	Serviço de troca de filtro completo em bebedouros, incluindo material e peças.	Serv	64	146,69	9.388,16
6	2020	Serviço de troca de refil de filtro de bebedouro, incluindo material e peças.	Serv	67	321,67	21.551,89
7	2771	Serviço de recarga de gás em bebedouro, incluindo material.	Serv	65	366,53	23.824,45
8	2771	Serviço de troca de relê de motor em bebedouro, incluindo material e peças.	Serv	64	180,00	11.520,00
9	2771	Serviço de troca de protetor térmico em bebedouros, geladeiras ou freezers, incluindo materiais e peças.	Serv	64	182,36	11.671,04
10	2771	Serviço de troca de motor em bebedouros, geladeiras ou freezers, incluindo materiais e peças.	Serv	54	260,00	14.040,00
11	2771	Serviço de troca de micro ventilador em bebedouro, incluindo materiais e peças.	Serv	64	290,00	18.560,00
12	2771	Serviço de troca de micro motor (ventilador em freezer), incluindo materiais e peças.	Serv	60	191,00	11.460,00



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



13	2771	Serviço de carga de gás em freezer ou geladeira, incluindo material.	Serv	64	342,5	21.920,00
14	2771	Serviço de troca de motor em freezer, incluindo material.	Serv	30	451,67	13.550,10
15	2771	Serviço de troca de borracha, em freezers ou geladeiras, incluindo material	Serv	39	261,67	10.205,13
16	2771	Serviço de reforma (pintura e/ou lanternagem) em freezers e geladeiras.	Serv	13	226,08	2.939,04
17	2771	Serviço de troca de relê da partida em freezers, incluindo material.	Serv	10	384,00	3.840,00
18	2771	Serviço de troca de capacitor em freezer, incluindo material.	Serv	10	498,33	4.983,30
19	2771	Serviço de troca de tubulação em freezers, incluindo material.	Serv	10	213,375	2.133,75
20	2771	Serviço de solda de tubulação em freezer.	Serv	10	148,67	1.486,70

**VALOR TOTAL DO LOTE:** ..... **R\$ 267.548,74**

## LOTE 03

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	20796	Manutenção preventiva e revisão do sistema eletrônico e estrutural dos equipamentos das Câmaras de Conservação de Vacinas (imunobiológicos). Recalibração do Sensor controlador de temperatura, através de calibrador mestre, certificado via RBC (Rede Brasileira de Calibração). Laudo de Manutenção preventiva com validade mínima de 12 meses. Garantia mínima 12 meses.	Serv	12	1.216,33	14.595,96
2	20796	Manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças. Garantia mínima 12 meses.	Serv	12	4.519	54.228,00

Valor total do lote 003..... R\$ 68.823,9600

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O serviço é enquadrado como continuado, podendo ser estendido além de um exercício financeiro, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer o cumprimento das obrigações legais do Município de São Geraldo/MG, relacionadas à Lei Municipal nº 1.648, de 1º de julho de 2011 e suas alterações.

Observada o disposto no item anterior, o prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que, haja existência de créditos orçamentários e vantagem à sua manutenção.

O contrato poderá oferecer maior detalhamento das regras que são aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, portanto, deverá a contratada **verificar o enquadramento do serviço dentro dos critérios de sustentabilidade do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª edição**.

Práticas de sustentabilidade:

- 4.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e as especificações determinadas pela Anvisa;
- 4.1.2. Observar a Resolução Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruídos em seu funcionamento;
- 4.1.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução do objeto;
- 4.1.4. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 4.1.5. Observar os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus familiares;
- 4.1.6. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo o disposto na Resolução Conama nº 257, de 30 de junho de 1999 e suas alterações.
- 4.1.7. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução Conama nº 340, de 25 de setembro de 2003 e suas alterações, nos procedimentos de recolhimento,



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo as diretrizes:

4.1.7.1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115C, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

4.1.7.2. Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos;

4.1.7.3. Os materiais empregados pela Contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos, associados ao produto;

## Indicação de marcas ou modelos (**art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021**)

Na presente contratação **não** será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), por visualizar que não há aplicação para o objeto, de acordo com as justificativas pormenorizadas nos Estudos Técnicos Preliminares.

## Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Nesta contratação a Administração não impedirá a utilização de nenhuma marca dos insumos necessários para a efetiva execução da prestação do serviço.

## Da exigência de carta de solidariedade

Nesta contratação, a Administração não exigirá carta de solidariedade, por compreender que não se aplica ao objeto pretendido.

## Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de refrigeração e climatização das diversas Secretarias do Município de São Geraldo/MG.

5.1.2. Os serviços de manutenção preventiva, consistem na busca de prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com os projetos, manuais e normas técnicas dos fabricantes dos equipamentos;





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



5.1.3. **Para cada serviço preventivo fica estabelecido que a Contratada tem a obrigação de executar, quando necessário, o correspondente serviço de manutenção corretiva (substituição de partes e peças, recomposição, reparo, conserto, etc);**

5.1.4. A manutenção corretiva visa colocar em funcionamento o equipamento paralisado ou em funcionamento irregular, em condições normais de operação, quando da ocorrência de eventuais falhas nos aparelhos de refrigeração. Os serviços abrangerão as intervenções de técnicos para recuperação do sistema, efetuados, se necessário, com a substituição de partes, peças ou componentes variados, ajustando, limpando e testando o funcionamento dos equipamentos;

5.1.5. Nas instalações de equipamentos de ar condicionado, a Contratada executará os serviços referentes à alimentação elétrica dos equipamentos, tomadas elétricas, eletrodutos e conduletes, conforme a NBR 5410 e, a padronização estética que será definida pela Contratante.

5.1.6. Nas manutenções corretivas e instalações, a Contratada deve seguir uma padronização de acabamento dos dutos aparentes de refrigeração e eletricidade, internos e externos, de forma que se evite sinuosidades nos mesmos e que se predominem ângulos retos em suas derivações e curvas, observando a maior semelhança possível com a estética dos materiais e equipamentos já instalados.

5.1.7. A Contratada poderá adesivar os equipamentos que recebem manutenção somente com autorização do Gestor do Contrato, que deverá aprovar o conteúdo e o tamanho do adesivo.

5.1.8. **Devido à complexidade de algumas unidades, com a necessidade extrema de refrigeração ou climatização, como as Salas de Vacina e a Farmácia Municipal, a Contratada deverá disponibilizar um canal de comunicação para atendimentos emergenciais em dias e horários não úteis;**

5.1.9. Os serviços de manutenção serão executados no local onde os aparelhos encontram-se instalados, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo até a Contratada, quando será necessária a autorização do Gestor do contrato, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus adicional para a Contratante.

5.1.10. Início da execução do objeto: 02 (dois) dias após emissão de Ordem de Serviço, através do setor de Compras do Município.

5.1.10.1. **Considera-se como data do recebimento da OS:**

5.1.10.1.1. **O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de serviço enviada por e-mail;**

5.1.10.1.2. **O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de serviço enviada por meio postal.**

5.1.11. Os locais da prestação de serviço, bem como os quantitativos serão determinados em ordem de serviço, previamente enviada à Contratada e podem ser alterados conforme conveniência e a qualquer tempo pelo Município, durante a vigência do instrumento contratual;

5.1.12. Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: deslocamento, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas, sócios e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade da contratada;

5.1.13. A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-se responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante;



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 5.1.14. Correrão por conta da Contratada todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação;
- 5.1.15. A Contratada arcará com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculada à execução deste instrumento, isentando o Município de São Geraldo de qualquer responsabilidade;
- 5.1.16. A contratada cumprirá fielmente o objeto licitado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 5.1.17. A contratada responderá integralmente por quaisquer prejuízos resultantes de ação judicial em que a contratante for compelida a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios;
- 5.1.18. A contratada deverá comunicar imediatamente à contratante qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite à execução deste instrumento;
- 5.1.19. A contratada manterá, por todo o período de execução, as condições que garantam a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazendas Públicas Estaduais, Distritais ou Municipais;
- 5.1.20. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 5.1.21. O Município não se obriga a atestar serviços que não estejam de acordo com as especificações e exigências discriminadas neste termo; caso haja alguma divergência quanto as especificações dos serviços, a licitante terá 72h (setenta e duas) horas para substituir o item as suas expensas, não podendo, em nenhuma hipótese, causar prejuízos a Administração e ao interesse público da contratação.
- 5.1.22. O Município de São Geraldo/MG se responsabiliza pela disponibilização em tempo hábil, de todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à execução do objeto.
- 5.1.23. A Contratada comunicará imediatamente e formalmente qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objetos de apreciação do Município.
- 5.1.24. A Contratada se responsabilizará pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação.
- 5.1.25. A Contratada se sujeitará a mais ampla e irrestrita fiscalização do Município de São Geraldo/MG, cumprindo rigorosamente os prazos pactuados, mantendo durante todo o período de vigência do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação.
- 5.1.26. **A Contratada fica obrigada a oferecer garantia mínima de 90 (noventa) dias corridos do recebimento definitivo de quaisquer serviços realizados, a fim de assegurar a boa execução da instalação e compensar possíveis avarias causadas ao aparelho durante a instalação.**

## **Materiais a serem disponibilizados**

A contratada fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços de manutenção ora licitados, devendo, obrigatoriamente, a licitante considerar esse fornecimento no momento de efetuar o lance.





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



A estocagem de equipamento e material da contratada nas dependências da Contratante será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo esteja concluído, a Contratada deverá providenciar a retirada dos remanescentes.

As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da Contratada de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros Contratados que acaso poderão estar trabalhando concomitantemente.

Todo o transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da Contratada.

Todas as peças de reposição a serem empregados nos serviços deverão ser novas, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos a exames e aprovação de fiscal técnico.

As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedades da Contratante, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues as unidades requisitantes do serviço.

## 6. Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados conforme demanda do Município, desde que, anteriormente comunicados à Contratada através da Ordem de Serviço.

## 7. Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas realizadas pelo Fiscal Técnico e Administrativo, dispostas neste instrumento, e, posteriormente, conforme inspeções realizadas.

## 8. Dos requisitos mínimos de qualidade dos serviços e normatização:

Dos serviços descritos conforme tabela evidenciada no item 1.3:

8.1.1. **Garantia mínima:** A empresa licitante deverá garantir o prazo mínimo de 90 (noventa) dias após o recebimento efetivo do objeto.

8.1.2. **Uniformidade na prestação de serviço:** A empresa licitante deverá garantir uniformidade na prestação do serviço, observado que a não uniformidade poderá incorrer na exclusão do licitante, observado todas as formalidades anteriores.

8.1.3. **Uso de materiais e peças de reposição da mesma fabricante:** A empresa licitante deverá utilizar materiais e peças de reposição da mesma fabricante e com as mesmas especificações, a fim de não gerar danos às instalações;

8.1.4. **As demais normas aplicáveis a boa execução do serviço.**

## 9. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características que são fundamentais para a elaboração da proposta:

9.1.1. Quantitativo e detalhamento de prestação de serviço nos equipamentos de refrigeração e climatização de todas as unidades do Município de São Geraldo/MG, fornecidos pelas diversas Secretarias e juntados ao processo administrativo.

9.1.2. Locais de prestação de serviços – unidades administrativas, escolares e de saúde do Município:



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



9.1.2.1. Os locais de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de refrigeração e climatização do Município estão disponíveis no Apêndice I deste instrumento, que possui todas as coordenadas geográficas das unidades.

## **10. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem retirar a garantia mínima exigida anteriormente.

## **11. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características da prestação de serviço a ser contratado.

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **13. Preposto**

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada não será obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, observadas as particularidades do objeto.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **14. Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), aos quais serão nomeados em Ato próprio da Administração Municipal, juntado aos autos do Processo Licitatório e devidamente comunicado à Contratada, por meio dos veículos de comunicação oficiais constantes do cadastro do prestador de serviço.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## 15. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## 16. Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Além do disposto acima, a fiscalização contratual, que poderá ser exercida concomitante pelo fiscal administrativo e técnico, obedecendo as seguintes rotinas elaboradas pelos agentes públicos nomeados.

## 17. Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição, que será encaminhado ao prestador de serviço via e-mail.

18.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.1.1.1. **não produzir os resultados acordados,**

18.1.1.2. **deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou**

18.1.1.3. **deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.**

18.1.2. O boletim de medição deverá ser encaminhado ao fiscal responsável até o quinto dia útil de todo mês subsequente à prestação de serviço.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios elaborados pelos agentes fiscalizadores.

## 19. Do recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022), com auxílio do boletim de medição ou outro instrumento congênere que seja suficiente capaz de comprovar a efetiva prestação do serviço.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

19.1.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

19.1.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.1.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

19.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

19.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 06 (seis) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

19.1.6. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



19.1.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.1.8. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

19.1.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.1.10. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 20. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 20.1.1. o prazo de validade;
- 20.1.2. a data da emissão;
- 20.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 20.1.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 20.1.5. o valor a pagar; e
- 20.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.





# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **21. Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como parâmetro de correção monetária.

## **22. Forma de pagamento**

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação federal e municipal aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **23. Antecipação de pagamento**

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial ou total, por não demonstrarem condição indispensável a obtenção do objeto/prestação de serviço, conforme previsão no art. 145 da Lei nº 14.133 de 2021. Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



23.1.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 24. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

## 25. Regime de execução

O regime de execução do contrato será por preço unitário, com pagamentos por demanda de recarga dos créditos nos cartões alimentação dos agentes públicos.

## 26. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## 27. Habilitação jurídica

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

## 28. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estaduais e Municipais relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e/ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



## 29. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

29.1.1. Apresentação de no mínimo 01 atestado de capacidade técnica, poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

29.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

29.1.3. Consequentemente, fica dispensada a exigência de entrega dos demais documentos contábeis para a habilitação econômico-financeira, inclusive em observância ao disposto no art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo se a natureza e complexidade do objeto contratual justificarem a exigência do Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros. Nesses casos, deverá ser assegurado que tal exigência cumpra os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, conforme o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e os princípios da Administração Pública. A justificativa para a exigência do Balanço Patrimonial deverá estar claramente fundamentada no instrumento convocatório, demonstrando a pertinência da exigência em relação à natureza do objeto da licitação.

29.1.4. Essa cláusula fundamenta-se no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de equilíbrio nas exigências de qualificação econômico-financeira. Baseia-se em jurisprudência consolidada, como os Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário, 2763/2016-TCU-Plenário e 1.335/2010-TCU-Plenário, que reforçam a importância de não estabelecer exigências que comprometam a competitividade da licitação).

## 30. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação está disposto na pesquisa de preço consolidada, juntada aos autos do processo, evidenciando os custos unitários em moeda funcional.

## 31. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

31.1.1. A contratação será atendida pela dotação orçamentária disposta pela Contabilidade do Município, ao qual deverá observar a Lei Orçamentária Anual e as disposições pertinentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/00) e na Lei nº 14.133 (Estatuto das Licitações).

*A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## 32. Das alterações posteriores

O disposto neste instrumento poderá ser ajustado em Edital, desde que, manifestadamente comprovado a melhoria na execução contratual e desde que, não se altere o escopo do objeto/prestação de serviço.

32.1.1. O disposto em cláusula anterior não exime de comunicação e prévia autorização da autoridade competente ou do setor requisitante.



# MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000  
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



São Geraldo/MG, 15 de maio de 2024.

**Jander Jossué Lima Silva**  
Sec. Administração e Planejamento

**Felício Rodrigues da Silva**  
Sec. De Saúde

**Ivanilda Cristina de Queiroz Santos**  
Sec. De Educação

**Vagner Aparecido Pereira**  
Dir. Cultura e Turismo